



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 448/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1633/2015 (05 Volumes).

Apenso: Processo nº 1608/2015 (02 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor- PROCON/AM.

4- Exercício: 2014.

5- Responsáveis: Sra. Silvana Miranda Corrêa (01/01/2014 a 14/01/2014) e a Sra. Janaína Sales Rodrigues, Diretora do Procon (14/01/2014 a 31/12/2014).

6- Unidade Técnica: DICAD/AM– Relatório Conclusivo nº 69/2015 (fls. 860/887).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1910/2015-MPC-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 889/890).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor. Exercício de 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Determinação à Origem. Autorização para a Cobrança Executiva. Notificação aos Responsáveis.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas da Sra. **Silvana Miranda Corrêa** (01.01.2014 a 14.01.2014) e da Sra. **Janaína Sales Rodrigues** (14.01.2014 a 31.12.2014), responsáveis pelo Departamento do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor (exercício de 2014);

9.2- Aplicar multa a Sra. **Silvana Miranda Corrêa** e a Sra. **Janaína Sales Rodrigues**, pelo não cumprimento do Acórdão nº 496/2014-TCE-TRIBUNAL PLENO, item 9.2.2, de 3 de setembro de 2014, no valor de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), nos moldes do art. 54, IV, da Lei n.º 2.423/96 e art. 308, I, a, da Resolução n.º 04/02;

9.3- Determinar à origem sob pena de aplicação de multa no caso de reincidência:

9.3.1- o pagamento da despesa inscrita em resto a pagar, referente a 2008NE00022 no valor de R\$ 566,92, cujo credor é a PRODAM;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 448/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3.2- a atual e próximas administrações do PROCON atentem para a obrigatoriedade de anexar no Sistema e.Contas todos os documentos pertinentes aos contratos e licitações celebrados;

9.3.3- seja dado baixa no sistema AFI dos adiantamentos de forma tempestiva, ou seja, até o dia 31 de março do seu ano subsequente;

9.3.4- informe todos os contratos e seus aditivos no sistema e.Contas, com todas as documentações pertinentes.

9.4- Autorizar, desde já, a **instauração da cobrança executiva** no caso de não recolhimento dos valores da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02-TCE/AM;

9.5- Notificar as responsáveis, Sra. **Silvana Miranda Corrêa** (01.01.2014 a 14.01.2014) e Sra. **Janáina Sales Rodrigues** (14.01.2014 a 31.12.2014), acerca do desfecho dado a estes autos para que recolham, no prazo fixado, as sanções pecuniárias impostas.

10- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 11 de Maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral